



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Stela de Jesus\*  
(UESB)

Glauber Barros Alves Costa\*\*  
(UESB)

#### RESUMO

O presente artigo é um ensaio sobre a formação de professores e a educação inclusiva, buscando compreender qual a formação o professor de Geografia e a relação com a Educação Inclusiva, construindo a partir desse ensaio uma discussão sobre dois temas pertinentes para a construção de conceitos pertinentes a formação de geógrafos-educadores. Para isso buscou-se traçar uma trajetória da educação e suas concepções a cerca da Educação Inclusiva e como esse se dá no campo das políticas públicas nacionais e de que forma o professor de Geografia está sendo formado para tal. Dessa forma foi desenvolvida exclusivamente uma análise (bibliográfica) de livros da Educação, Educação Inclusiva e Formação de Professores em Geografia. Diante da pesquisa, foi possível compreender que os cursos de formação de professores em Geografia precisam estar atentos para as novas demandas sociais, construindo currículos que dêem conta das necessidades dos alunos quanto à diversidade da escola atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva, Formação de Professores, Geografia.

---

\* Graduanda em Geografia pela UESB, participante do grupo de pesquisa Educação, Políticas públicas, Meio Ambiente e Representações da UESB. E-mail: stelaaerro@hotmail.com

\*\* Professor orientador da área de Ensino de Geografia da UESB e Mestre em Educação pela UFS, participante do grupo de pesquisa Educação, Políticas públicas, Meio Ambiente e Representações da UESB. E-mail: glauberbarros@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é um ensaio sobre a formação de professores em Geografia e a Educação Inclusiva (EI), buscando compreender o que os atuais pensadores dos temas propostos afirmam sobre os avanços e retrocessos nessas discussões.

Neste ensaio buscou-se discutir a Educação Inclusiva, compreendendo suas concepções e como foi pensada quanto política pública pelo governo para a inclusão de alunos especiais nas escolas regulares, analisando sua gênese e o que os teóricos defendem como uma nova proposta de educação para a realidade brasileira.

Propõe-se também construir uma discussão teórico que revele a formação do professor de Geografia e como ela está sendo desenvolvida nos cursos de graduação para dar conta desta demanda social.

Propomos uma análise da educação inclusiva, da formação, do processo ensino-aprendizagem dentro de um momento histórico e no modo de produção capitalista, como Brandão (2006) afirma que transforma a educação em valor de troca perdendo seu valor de uso, sendo um instrumento de controle das classes sociais pelo poder de difusão das idéias de quem controla seu exercício e cujos segredos se programam em gabinete.

Para tal análise, foi necessário desenvolver uma pesquisa exclusivamente bibliográfica. Nesse sentido, foram utilizadas obras da Educação, Educação Inclusiva e Formação de professores em Geografia que apresentam informações referentes à temática analisada nesse estudo.

O referencial teórico utilizado constituiu-se principalmente em estudiosos da Educação Inclusiva, tendo em Fancischett (2005), Silva e Facion (2006) e Pan



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

(2005) seus principais representantes, e autores de Formação dos professores de Geografia como Costa (2010) e Fernandes (1998).

### **Educação Inclusiva: Concepções e Realidade Brasileira**

Num passado distante, que nos antecede em alguns séculos, o padrão de transmissão dos conhecimentos acumulados, o ensinamento dos valores a serem cultivados e a aprendizagem de um ofício se encontravam distribuídos em vários espaços da sociedade. A família, as pessoas mais velhas que eram reverenciadas como sábios, os especialistas na cura das doenças, e depois, os mosteiros, os mestres que ensinavam a ler, a escrever e a contar, os mestres de obra, os ferreiros, os sapateiros, os alfaiates e os pajés – todos esses lugares e personagens podem ser considerados precursores da experimentação, vivência e transmissão da cultura.

Não digo uma experimentação, mas uma “educação” diferenciada e adequada ao momento histórico, não havia necessidade de um diploma, de uma licenciatura ou um bacharelado ou mesmo especialização ou curso técnico para exercer alguns ofícios, mas isto já não é mais válido: “Foi-se o tempo que as profissões eram aprendidas na paciente arte da imitação, no convívio diário com os mestres das oficinas da vida”. (ALMEIDA, 2006, p.16).

Brandão (2005, p. 95) afirma que [...] Não há uma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor [...]. Este modelo que temos de educação escolarizada surge na Grécia e vai para Roma o qual deriva o nosso atual modelo e que tem sido de responsabilidade do Estado a tarefa de educar.

Mas essa educação ao qual cabe ao Estado capitalista é uma educação para a sociedade a qual vivemos, afinal toda e qualquer forma de educação é na e para a sociedade. Desse modo ela é formal e capacita os homens para o trabalho, mas isso



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

não garante que ao ser escolarizado terá conseqüentemente um trabalho e nem garante a ele condições humanas de trabalho, ao se “educar” ele se torna exército de reserva, podendo ou não tornar-se operário.

Sobre esta educação institucionalizada que temos Mészáros (2008, p. 35) acrescenta,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...].

Embora neste último século e meio a educação tenha servido para a qualificação da mão de obra contribuindo para a expansão do capitalismo e como meio de controle e de difusão da ordem e dos interesses de um grupo dominante deste sistema, [...] Não podemos nos comprometer com uma educação puramente técnica, voltada tão somente para a formação de profissionais para a sociedade. [...] (ALMEIDA, 2006, p. 23).

A educação inclusiva é relevante, pois requer de nós docentes uma inclusão não apenas dos educandos com necessidades educacionais especiais como também de outros que são muitas vezes excluídos do processo de educação escolar ou discriminados pelas suas diferenças físicas, psíquicas, mentais, religiosas e étnicas. Para isso precisamos entender como surge esse movimento de inclusão,

O movimento de inclusão começou por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 1990 naqueles países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros dez anos do século XXI envolvendo todos os países. (SILVA, FACION, 2005, p. 183).

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Então, temos início desse movimento no século XX e ganha mais força no século XXI. Anterior a estes dois séculos referidos teremos um tratamento diferenciado, que Pan (2005, p. 94) ratifica,

[...] na história da humanidade desde as práticas presentes nas sociedades antigas e medievais, que pregavam a eliminação ou o abandono dos deficientes mentais, considerados subumanos, passando pelo cristianismo, quando, então eles ganham alma no plano teológico. A marca caridade-castigo define a atitude medieval diante da deficiência. A caridade protege o deficiente no asilo e também o esconde e o isola; por outro lado, o castigo o protege, é a forma de salvar sua alma. Com o renascimento, a ênfase no conhecimento científico torna-se a principal diretriz dos procedimentos médicos para com aqueles que passam, naquela época, a ser entendidos como doentes. A deficiência é vista como uma moléstia física, sendo suas manifestações comportamentais os seus sintomas.

Há diferentes exclusões que precisam também ser trazidas a tona e revistas por cada um de nós. Existem diversos grupos minoritários que não tem acesso a escolarização ou ainda quando a tem não é de qualidade ou atendendo às suas especificidades. É preciso desmistificar a idéia de que o aluno com necessidades educacionais especiais é um aluno com dificuldades de aprendizagem, segundo Melo e Sampaio (2007, p. 125), “Para muitos leigos no assunto, as necessidades educacionais especiais são interpretadas como dificuldades. No entanto, mais do que falar em dificuldades é preciso buscar ver as potencialidades. É preciso enxergar o outro pela pessoa que ele é e não por rótulos.”

A inserção de discentes com necessidades educacionais especiais sem qualquer alteração e adequação da escola para estes é apenas cumprimento da lei de forma positivista e empírica, em que a escola estará preocupada somente com o quantitativo e não com o qualitativo. É preciso mudanças concretas para que este



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

ou aquele alunado possa se desenvolver de forma adequada. E cabe a escola, segundo Rego (1998, p. 50-51),

[...] a tarefa inerente e principal de toda estrutura educacional, especialmente a escola, é a de promover o desenvolvimento e a aprendizagem do ser humano nas diferentes dimensões: sociais, cognitivas, emocionais e motoras. Na sociedade urbana e industrializada, a escola tem uma função social, na medida em que compartilha com as famílias a educação das crianças; uma função política, no que diz respeito à contribuição para a formação de cidadão; e uma função pedagógica, pois é o local privilegiado para a transmissão- construção de um conjunto de conhecimentos relevantes e formas de operar intelectualmente, segundo padrões deste contexto social e cultural.

Estas funções que a escola possui na referida citação - social, política e pedagógicas - são relevantes ao desenvolvimento de todo ser humano, elas podem ser apreendidas fora da escola, mas é nela que as relações sociais com muitas pessoas, com diferentes culturas, religiões, costumes e diferenças físicas, sensoriais e motoras que corroboram para o desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico dos indivíduos.

A inclusão escolar é luta que uma minoria social que de uma forma ou de outra foram e são excluídos da escolarização, da vida em sociedade e do direito a igualdade, que ficaram às margens da sociedade e que se manifestam na defesa do que é seu de direito e que deve lhes ser oferecido de acordo com suas especificidades.

É da negação da garantia que surge a necessidade das reivindicações dos movimentos sociais, e para “apaziguar”, manter a ordem, o poder público toma medidas paliativas, como por exemplo, a cota para negros nas universidades, os projetos de Bolsa Família, bolsa Escola, Educação Inclusiva, que não resolvem o



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

problema e as mazelas sociais em sua gênese, mas “controla” a situação de um ou de outro grupo minoritário que se manifesta.

Historicamente, as políticas sociais desenvolvem-se e são implantadas na construção do movimento da sociedade. Por um lado, são pensadas para garantir a rentabilidade da mão-de-obra e, conseqüentemente, a sustentabilidade do modo de produção de uma sociedade, mas, por outro, são também impulsionadas pela luta das forças da sociedade organizada, que visa à melhoria das condições de vida e do próprio trabalho. (KASSAR, 2004, p. 61)

Estas políticas como diz Kassar (2004), deriva-se das reivindicações dos movimentos sociais que luta por melhorias de condições de vida e do trabalho, porém por mais que possa amenizar a situação de precariedade e auxiliar os grupos excluídos, as políticas sociais vão garantir a reprodução do modo de produção capitalista, quando garante a rentabilidade e faz com que os movimentos percam forças se iludam com as medidas tomadas pelo poder público como sendo soluções para as mazelas de um determinado grupo, o que pode amedrontá-lo a não mais reivindicar por outros grupos e pela melhoria para todos.

Na Conferência de Salamanca<sup>488</sup>, teve como marco e como ação concreta a promulgação da Declaração de Salamanca que tem por objetivo uma melhoria na Educação nos diferentes países e na implantação de uma Educação para Todos, com escolas que incluam, aceitem as diferenças, promovam a aprendizagem atendendo às necessidades específicas individuais. Após a Conferência em Salamanca ficou obrigatório a participação de educandos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Como o lema em Salamanca é a “Educação para Todos”, fica-nos a dúvida: para todos quem? Quem são todos?

---

<sup>488</sup> Conferência em Salamanca – Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994, contando com a participação de representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objetivo da Educação para Todos.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Educação para todos, é o mesmo que universalizar a educação, tornando-a acessível a todo e qualquer indivíduo?

Estamos tratando de inclusão de indivíduos excluídos do sistema escolar por apresentarem necessidades específicas de aprendizagem? Ou, estamos tratando de políticas sociais que tentam combater a exclusão social por meio da inclusão escolar? (MELO, LIRA, FACION, 2005, p. 54).

### **A Formação do Professor de Geografia e a Educação Inclusiva**

A formação do licenciado poderá contribuir para a educação inclusiva. Se as instituições que oferecem cursos de licenciaturas não são inclusivas, não são acessíveis aos licenciandos, não oferecem práticas inclusivas, tampouco o futuro professor saberá lidar com a educação inclusiva nas instituições de ensino básico. Segundo Costa (2010, p.2), a formação é

[...] a base para todo o processo educativo, as concepções e práticas que ela promove com os futuros professores serão refletidas na educação básica como uma aprendizagem significativa ou um modelo tradicional de ensinar e aprender; dependendo da formação que o professor teve ou de como ele constrói sua prática a partir desse processo a educação básica será o ponto final, ou seja, o espaço onde esse processo se concretiza.

Como vemos Costa (2010) ressalta que a educação está num ciclo contínuo e que não se pode separar a educação básica da formação acadêmica, pois são interdependentes. Um licenciado que não teve grandes reflexões na academia sobre qualquer uma das mazelas, desigualdades e contradições da realidade da sociedade capitalista, ele provavelmente não dará conta de promover um processo de ensino-aprendizagem com seus alunos refletindo o cotidiano deles, mas apenas transmitirá conhecimentos fragmentados, sem reflexões, num processo de ensino



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

tradicional. Também a formação dos docentes acadêmicos contribui para que os discentes reproduzam suas práticas no ensino regular básico.

A formação do professor sem essa práxis fica deficitária, se ela é somente embasada na teoria, se promove um docente conteudista com um pedagogismo, que não desenvolve o saber de seus discentes, se ela se baseia somente na prática, a construção do saber se torna frágil sem conceitos científicos. (COSTA, 2010, p. 2)

Na prática docente as dicotomias - teoria/prática - devem se juntar para a promoção da reflexão/ação diante da realidade social na qual fazemos parte. É em vão conhecermos a sociedade e suas implicações naturais, e os conhecimentos que ele próprio produz, seja pelas ciências, pelas crenças, e experiências comuns nas relações sociais, sem levarmos em conta os processos históricos e não refletirmos estes dentro de um dado momento da nossa história enquanto sociedade. Mas também o professor precisa de conhecimentos científicos, específicos a sua formação e a sua ciência, pois, prática sem teoria promove um saber frágil, impossibilitando também a reflexão sobre a sociedade.

Costa (2010) relata sobre o modelo de formação<sup>489</sup> que vigora nas academias que dar prioridade a teoria em detrimento da prática, que ele chama de perspectiva ultrapassada, na compreensão de que para ser um bom professor é preciso saber somente o conteúdo. Ele ressalta que nesse modelo “[...] não existe uma práxis organizada, criadora, ou seja, o professor não reflete a sua ação” [...] (p. 4).

Nessas condições em se tratando de educação inclusiva, [...] “O professor vai construindo idéias, muitas vezes equivocadas, a partir de informações do senso comum. [...] esse processo pode ser associado à própria formação docente, onde

---

<sup>489</sup> [...] formação intitulado 3+1 [...] sendo 3 anos de formação básica (conteúdo) mais 1 no de prática (formação pedagógica - licenciatura (formação em planejamento - bacharelado). (COSTA, 2010, p.3)



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

tais questões são periféricas, se são discutidas. (FRANCISCHETT, 2005, p. 14). Se nas instituições de formação não há discussões sobre educação inclusiva e se temos uma educação inerente a um ciclo em que a educação básica é interdependente da educação acadêmica, ela não se realizará na educação básica e menos ainda na educação superior. Dessa forma os licenciados não terão nem teoria e nem prática na/para a educação inclusiva.

[...] os cursos de formação profissional devem proporcionar um movimento fundamentado na realidade, de maneira que os alunos possam obter conhecimentos gerais e instrumentalização básica adequada que lhe permitam enfrentar os problemas de uma determinada realidade, mediante a experiência vivenciada na prática, com a qual se defrontará ao terminar o curso, consciente da complexidade de toda a sua dimensão pedagógica. (COSTA, 2010, p. 9).

Para que a educação inclusiva aconteça também é necessário que os cursos de formação possam fornecer aos licenciandos conhecimentos sobre educação inclusiva e instrumentos que lhe serão úteis na suas práticas futuras com educandos com necessidades especiais. Mas não é somente a formação necessária para a concretização da educação inclusiva, os suportes como material didático, estrutura física das escolas, as gestões, os subsídios entre outros que são fornecidos pelo poder público e uma série de mudanças na sociedade auxiliaram nesse processo da educação inclusiva enquanto realidade e não apenas “utopia”.

É necessário parar para refletir sobre a própria atuação em sala de aula, pois os alunos não são iguais nas suas dificuldades, nem mesmo nas suas potencialidades. O que há de semelhante entre eles é o fato de que podem aprender. (MELO, SAMPAIO, 2007, p.125)



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Ao nos depararmos com a realidade das salas de aulas vemos que as diferenças estão explícitas. Por isso, Melo e Sampaio (2007) convida a uma reflexão sobre a prática em sala de aula e na tomada de consciência das diferenças existentes.

Não basta os educandos aprenderem apenas como o homem produz o espaço geográfico, mas como a sociedade é desigual e como os espaços são desiguais, e como este processo de deus e se dar em cada momento histórico em cada modo de produção. E como eles fazem parte desse processo.

Assim, a Ciência Geográfica possui um papel importante na Educação Inclusiva, já que esta Ciência consegue agregar as questões espaciais tão importantes, tanto para as pessoas com deficiência, quanto para os “normais” e o entendimento das questões sociais, fundamentais para que tenhamos uma sociedade onde ser diferente não seja motivo para justificar a exclusão. (FERNANDES, 2005, p. 44).

A Geografia é relevante na Educação Inclusiva, pois, é através dela que refletimos a sociedade e a construção do espaço geográfico. Por ser uma ciência social consegue ser base de muitas discussões da realidade na qual estamos inseridos, brancos, negros, indígenas, mestiços, com ou sem necessidades educacionais, todos fazemos parte de uma mesma sociedade de uma mesma realidade de desigualdades e contradições e mantemos querendo ou não o sistema vigente.

O desafio atual para o professor de Geografia é compreender a importância de seu papel na sociedade capitalista, ele precisa de uma formação com nova práxis, em que ele possa desenvolver junto aos seus alunos uma educação crítica, reflexiva, emancipatória e cidadã. Assim, para poder desenvolver esta educação o geógrafo-educador necessita de uma formação que esteja também nessa perspectiva. (COSTA, 2010, p. 2).



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Compreender o papel de indivíduo participante e capaz de mudar uma realidade na qual se faz parte é desafio porque, este processo depende da formação do professor, do seu cotidiano, da sua cultura e de uma postura crítico-reflexiva. Se o professor não se sentir preparado ele não conseguirá por em prática tudo o que aprendeu em sua formação, ou se este não tiver teoria/prática suficiente para enfrentar a realidade da educação inclusiva, ele terá muito receio para esta práxis.

Uma segunda parte está relacionada aos poucos, e quase raros, programas de formação em serviço que os governos municipal, estadual e federal deveriam oferecer aos profissionais das escolas públicas.

Por fim, mas sem esgotar a questão, uma terceira parte deste medo está ligada ao próprio professor que evita desafios, prefere se acomodar e jogar a “culpa” no sistema. (MELO, SAMPAIO, 2007, p.126).

Por isso é que não devemos refletir a práxis docente tendo como referencia somente a sua formação, o poder público por vezes como Melo e Sampaio (2007) relatam, deixa a desejar em projetos e programas de formação para os professores, além disso no que os referidos autores denominam “acomodação”, eu prefiro acreditar que é mais desanimo e desmotivação ou mesmo frustração por ter tentado e não ter conseguido devido as várias barreiras encontradas pelo caminho.

Garantir uma aula de Geografia acessível à todos com vistas a construir uma escola inclusiva juntamente com outros colegas docentes significa criar condições de participação de todos os membros da comunidade escolar, sejam eles surdos ou gordos, cegos ou baixos, negros ou brancos, deficientes mentais ou muito altos, paraplégicos ou hiperativos, superdotados ou de pés descalços, muito ricos ou com anorexia. (MELO, SAMPAIO, 2007, p.129).



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

Permitir e fazer com que a educação inclusiva aconteça nas salas de aulas é promover a participação de todos independente de suas especificidades, potencialidades, necessidade ou dificuldades. É contar também com a participação da comunidade escolar para a concretização de uma educação de qualidade par todos sem distinção.

### CONCLUSÕES

Refletir sobre educação e sua realidade num modo de produção capitalista é repensar as nossas ações em detrimento e/ou nossas contribuições para a permanência do sistema. Quando fazemos com que a educação ainda que seja ela subordinada a lógica capitalista, se desprenda aos poucas dessa lógica e contribua para a construção da autonomia e tomada de consciência dos que ainda não entendem e não refletem a realidade na qual somos inerentes, para que possa surgir aos poucos o desejo de mudança da realidade para que possamos construir juntos uma luta por uma sociedade mais justa é fazer valer nossa postura de indivíduo consciente e inquieto com o sistema capitalista.

Mas é quase que impossível não corroborar com o sistema, pois somos consumidores, somos profissionais que foram formados para mantê-lo. A educação tem servido de controle, como também tantas e tantas outras coisas. Mas se não for através da educação, será através de que a tomada de consciência da população de sua realidade e de suas condições?

A educação por si só não resolverá as mazelas, nem tampouco um sistema inteiro, seria preciso mesmo uma mudança nas estruturas sociais, mas primeiros passos precisam ser dados e “testados”, ou ficaremos a vida inteira somente a discutir, refletir, e produzir trabalhos acadêmicos, tido como trabalho intelectual. E



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

nossa práxis? Quando poremos em prática nossas teorias? Quando faremos a diferença?

### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier. Educar para a complexidade: o que ensinar, o que aprender. In: **Aprender**: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Ano 3, n. 5. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- COSTA, Glauber B. A. Um Estudo sobre a Relação Teoria e Prática na Formação do Professor de Geografia. **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. Laranjeiras - SE: 2010.
- FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. **Estratégias e tentativas do licenciando em geografia para trabalhar mapas com alunos cegos no ensino fundamental**. CESPE/UnB. 2005. Disponível em <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)> acesso em 23 de março de 2011.
- FERNANDES, Antonio. **A "Utopia" da Educação Inclusiva e a Formação dos (as) Professores (as) de Geografia** – vencendo paradigmas. Monografia (graduação em Ensino de Geografia). Uberlândia: Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Matriculas de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na rede de Ensino Regular**. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de.
- MELO, Adriany de Ávila. SAMPAIO, Antônio Carlos Freire. **Educação Inclusiva e a Formação de professores de Geografia**: primeiras notas. v. 8, n. 24. Uberlândia: Caminhos de Geografia- revista on line, 2007.
- MELO, Sandra Cordeiro de. LIRA, Solange Maria de. FACION, José Raimundo. Exclusão: uma metacategoria nos estudos sobre educação. In: FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. [tradução Isa Tavares] 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. A Deficiência Mental e a Educação Contemporânea: uma análise dos sentidos da inclusão escolar. In: FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005.



ISSN: 2175-5493

## IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

---

REGO, Tereza Cristina R. Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais. IN: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

SILVA, Maria de Fátima M. Caldeira Silva. FACION, José Raimundo. Perspectivas da Inclusão Escolar e sua Efetivação. In: FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005.